AUTARQUIA DE SANEAMENTO DE ROLIM DE MOURA - SANEROM



NS03 - CONTADOR

Tipo de Prova

1

Turno: MANHÃ Nível: SUPERIOR

Duração da prova: 3h30min



🗘 É obrigatório marcar o tipo de prova no cartão de respostas para que sua prova seja corrigida. A não marcação resultará na não leitura do cartão, o que implicará na eliminação automática do(a) candidato(a) do Concurso Público.

TRANSCREVA, NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:

"Uma vida sem desafios não vale a pena ser vivida." (Sócrates)

Você recebeu do Fiscal da Sala os seguintes materiais:

- O Cartão de Respostas e a Prova Objetiva. Verifique se os dados impressos no Cartão de Respostas estão corretos. Caso haja irregularidade, comunique-a imediatamente ao Fiscal da Sala.
- Este caderno de Questões contém **50 QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA** distribuídas em **PÁGINAS NUMERADAS.** Ao terminar a conferência no Caderno de Questões, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
- Verifique se a prova recebida é do cargo correspondente ao que você se inscreveu.

Por motivo de segurança:

- Só é permitido o uso de caneta esferográfica, fabricada em material transparente, preferencialmente, de tinta preta.
- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- O candidato poderá retirar-se levando o seu caderno de questões somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu caderno de questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o cartão de respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o cartão de respostas, devendo assinar o Termo de Sala.
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

ATENÇÃO:

- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- O Cartão de Respostas é personalizado, impossibilitando a substituição.
- O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do Cartão de Respostas.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I

Explicar não é justificar

Os gregos e os romanos aceitavam a escravidão porque não imaginavam que uma sociedade pudesse funcionar sem escravos. Como o filósofo Sêneca, insistiam apenas em que se reconhecessem alguns direitos aos escravos: que fosse, por exemplo, proibido utilizá-los com finalidades sexuais. Estamos na mesma posição quando se trata da pobreza. Estamos convencidos de que uma sociedade justa deve procurar erradicá-la. Mas, como não conseguimos conceber os meios que permitem atingir esse objetivo, aceitamos que uma sociedade comporte grandes bolsões de pobreza. Em contrapartida, não hesitamos em condenar a prática da escravidão.

(Raymond Boudon, O relativismo. Trad. de Edson Bini. São Paulo: Loyola, 2010. p. 41)

Questão 1

O texto I apresenta dois enfoques:

- (A) o dos gregos e o dos romanos.
- (B) o dos romanos e dos escravos.
- (C) o da escravidão e o da pobreza.
- (D) o dos romanos e dos escravos pobres.
- (E) o da escravidão e das finalidades sexuais.

Questão 2

Pode-se afirmar, no texto I, que o autor faz uma comparação com o excerto:

- (A) "Os gregos e os romanos aceitavam a escravidão...".
- (B) "Estamos na mesma posição quando se trata de pobreza".
- (C) "... não hesitamos em condenar a prática da escravidão".
- (D) "Estamos convencidos de que uma sociedade justa deve procurar erradicá-la".
- (E) "... que fosse, por exemplo, proibido utilizá-los com finalidades sexuais."

Questão 3

No trecho "Os gregos e os romanos aceitavam a escravidão **porque** não imaginavam que uma sociedade pudesse funcionar sem escravos", o termo em destaque é uma conjunção coordenativa:

- (A) conclusiva.
- (B) explicativa.
- (C) adversativa.
- (D) aditiva.
- (E) alternativa.

Questão 4

Considerando as diretrizes da gramática normativa, faz sentido o seguinte comentário:

- (A) "Os gregos e os romanos aceitavam a escravidão...". (O verbo concorda apenas com "romanos")
- (B) "(...) que fosse, por exemplo, proibido...". (As vírgulas podem ser suprimidas.)
- (C) "(...) alguns direitos aos escravos: que fosse...". (Os dois pontos introduzem uma fala)
- (D) "(...) que fosse, por exemplo, proibido utilizá-los (...)". ("utilizá-los" refere-se ao termo "direitos")
- (E) "Mas, como não conseguimos conceber os meios...". ("Mas" pode ser substituído por "Porém")

Questão 5

No texto I, o trecho "Estamos convencidos de que uma sociedade justa deve procurar <u>erradicá-la.</u>", o termo destacado refere-se:

- (A) pobreza.
- (B) escravidão.
- (C) sociedade.
- (D) direitos.
- (E) finalidades sexuais.

Questão 6

As regras de concordância nominal são totalmente cumpridas na frase:

- (A) era novo o carro e a casa.
- (B) permaneciam simpáticas tia e sobrinho.
- (C) as milhares de crianças cantavam alegremente.
- (D) é proibido as entradas.
- (E) o caso foi bastante vezes estudado.

TEXTO II

Sofrimento psíquico em policiais civis: uma questão de gênero

Apesar de concebida pelo senso comum como uma instituição predominantemente masculina, a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro admite também mulheres entre seus servidores. Em suas atividades diárias, elas relatam enfrentar dificuldades, frustrações e cobranças. Um estudo realizado pelo Centro Latino-americano de Estudos de Violência e Saúde (Claves), vinculado à Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp), uma unidade da Fiocruz, questionou 2.746 policiais, dos quais cerca de 19% eram mulheres, e descobriu que elas apresentam mais sofrimento psíquico que seus colegas de trabalho.

"Sofrimento psíquico é um conjunto de condições psicológicas que, apesar de não caracterizar uma doença, gera determinados sinais e sintomas que indicam sofrimento" explica a psicóloga Edinilsa Ramos de Souza, coordenadora do projeto. O problema pode ser causado por diversos fatores, inclusive as condições de trabalho, como falta de instalações adequadas, estresse e falta de preparo para a função. "No dia-a-dia, o policial precisa continuar com o seu trabalho e não pode demonstrar fragilidade", acrescenta. "Isso aumenta o sofrimento e, muitas vezes, faz com que o profissional somatize as questões psicológicas em problemas de saúde, como pressão alta, insônia e dores de cabeça".

(Catarina Chagas)

Questão 7

O texto II informa que o sofrimento psíquico:

- (A) é uma questão de gênero e atinge mais mulheres.
- (B) é uma questão que mostra o despreparo das policiais.
- (C) é um dilema que afirma a fragilidade das policiais.
- (D) em geral, é um dilema que atinge todos os policiais.
- (E) é somente uma questão psiguiátrica.

Questão 8

O texto II é predominantemente:

- (A) injuntivo instrucional.
- (B) dialogal.
- (C) dissertativo argumentativo.
- (D) injuntivo prescritivo.
- (E) dissertativo expositivo.

Questão 9

No segmento: "Sofrimento psíquico é um conjunto de condições psicológicas que, apesar de não caracterizar uma doença, gera determinados sinais e sintomas que indicam sofrimento", o emprego das aspas justifica-se por indicar:

- (A) neologismos e arcadismos.
- (B) falas de uma autoridade no assunto.
- (C) expressões que a autora destacou.
- (D) o modo irônico da autora.
- (E) o ponto de vista da autora.

Questão 10

Assinale a alternativa onde ambos os vocábulos são oxítonas:

- (A) gratuito fortuito.
- (B) protótipo antífona.
- (C) rubrica bígamo.
- (D) ereter erudito.
- (E) cateter ruim.

Questão 11

Assinale a frase cuja ortografia está de acordo com a norma culta.

- (A) Falávamos acerca de sofrimentos psíguicos.
- (B) Estávamos há cerca de treze metros do batalhão.
- (C) Acerca de dois anos fui policial civil.
- (D) O estudo aconteceu a cerca de dois anos.
- (E) Neste batalhão a cerca de duzentas mulheres.

Questão 12

Em "Catarina Chagas <u>foi</u> a autora do texto Sofrimento psíquico em policiais civis: uma questão de gênero.", o verbo destacado é:

- (A) transitivo direto.
- (B) transitivo direto e indireto.
- (C) de ligação.
- (D) intransitivo.
- (E) transitivo indireto.

Na sentença em destaque: "A policial é estimada <u>pelos</u> <u>colegas.</u>", a função sintática do termo em destaque é:

- (A) sujeito.
- (B) adjunto adnominal.
- (C) agente da passiva.
- (D) adjunto adverbial.
- (E) objeto indireto.

TEXTO III

Amar

Que pode uma criatura senão, entre criaturas, amar? amar e esquecer, amar e malamar, amar, desamar, amar? sempre, e até de olhos vidrados, amar? Que pode, pergunto eu, o ser amoroso, sozinho, em rotação universal, senão rodar também, e amar? amar o que o amar traz à praia, o que ele sepulta, e o que, na brisa marinha, é sal, ou precisão de amor, ou simples ânsia? Amar solenemente as palmas do deserto, o que é entrega ou adoração expectante, e amar o inóspito, o áspero, um vaso sem flor, um chão de ferro, e o peito inerte, e a rua vista em sonho, e uma ave de rapina. Este o nosso destino: amor sem conta, distribuído pelas coisas pérfidas ou nulas, doação ilimitada a uma completa ingratidão, e na concha vazia do amor a procura medrosa, paciente, de mais e mais amor. Amar a nossa falta mesma de amor, e na secura nossa amar a água implícita, e o beijo tácito, e a sede infinita

(Carlos Drummond de Andrade)

Questão 14

O texto III é o soneto número XIII da coletânea de sonetos Via Láctea. O tema do amor, mote inspirador dos versos de Bilac, foi fruto da paixão que o poeta teve. Os versos apaixonados transparecem:

- (A) a loucura de quem perdeu o grande amor para a morte.
- (B) alguém amado falecido que virou uma estrela.
- (C) o afeto de um recém-apaixonado que dialoga com as estrelas.
- (D) um astrônomo que vive a conversar com as estrelas.
- (E) o sentimento de se esperar o grande amor chegar.

Questão 15

Infere-se do texto III que:

- (A) há uma confirmação de amar mesmo na falta de amor.
- (B) amar é só um deserto de sofrimentos.
- (C) o amor é inatingível mesmo amando por um momento.
- (D) o amor nada mais é do que a dualidade do deserto e do mar
- (E) o amor anula as escolhas da vida.

Questão 16

"Amar a nossa falta mesma de amor, e na secura nossa amar a água implícita, e o beijo <u>tácito</u>, e a sede infinita.", o sinônimo da palavra tácito é:

- (A) aparente.
- (B) loquaz.
- (C) recôndito.
- (D) cristalino.
- (E) profuso.

Questão 17

"Amar solenemente as palmas do deserto, o que é entrega ou adoração expectante, e amar o <u>inóspito</u>, o áspero, (...)", a palavra inóspito significa:

- (A) suportável.
- (B) inabitável.
- (C) afável.
- (D) acolhedor.
- (E) tolerável.

Questão 18

A função gramatical da palavra do título do texto III é:

- (A) verbo.
- (B) substantivo.
- (C) adjetivo.
- (D) advérbio.
- (E) interjeição.

Questão 19

<u>"Posto que tivesse sido repreendido pela situação</u>, não teve iniciativas." O termo destacado é classificado como oração subordinada adverbial:

- (A) causal.
- (B) consecutiva
- (C) concessiva.
- (D) condicional.
- (E) temporal.

CONTADOR

Assinale a alternativa que segue as orientações da gramática normativa.

- (A) Por quê não gravaram a cena?
- (B) Vocês faltaram por que?
- (C) Não fui ao encontro por que dormi.
- (D) Diga-me o por quê dessa confusão.
- (E) Por que você não vai ao teatro?

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Questão 21

Um servidor público, ao tomar posse em um cargo de confiança, depara-se com uma situação em que um colega de longa data solicita a ele a antecipação de um processo licitatório, alegando que isso beneficiaria um amigo em comum. O servidor sabe que a antecipação do processo pode configurar favorecimento pessoal e violação aos princípios da administração pública.

Diante disso, qual deve ser a conduta ética mais adequada para o servidor público?

- (A) Atender ao pedido do colega, uma vez que se trata de um amigo em comum e a relação interpessoal deve ser priorizada.
- (B) Ignorar o pedido e prosseguir com o processo licitatório normalmente, sem comunicar a situação a nenhuma instância superior.
- (C) Recusar o pedido do colega e orientá-lo sobre os princípios da administração pública, destacando a importância da impessoalidade e da moralidade.
- (D) Encaminhar o pedido do colega para um superior hierárquico, sem se manifestar sobre a questão, para que a decisão seja tomada por outra pessoa.
- (E) Aceitar o pedido, mas apenas se o colega garantir que não haverá consequências negativas para o servidor público.

Questão 22

Preconiza o Art. 7º da Lei que trata das normas gerais de licitações e contratos administrativos que, caberá à autoridade máxima do órgão ou entidade designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei.

Sobre os requisitos para essa designação é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) os agentes designados devem ser, preferencialmente, servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública.
- (B) os agentes designados devem ter atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação compatível, atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público.
- (C) a designação de agentes deve ser feita de forma a garantir a imparcialidade e a conformidade com os princípios da administração pública.
- (D) os agentes designados não podem ter vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com licitantes ou contratados habituais da Administração.
- (E) é permitida a designação de agentes que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau de licitantes ou contratados habituais da Administração, desde que não haja conflito de interesses declarado.

As políticas públicas são instrumentos fundamentais para a atuação do Estado na promoção do bem-estar social e no enfrentamento de problemas coletivos. Sobre o conceito, características e classificação das políticas públicas, analise as afirmativas abaixo.

- Políticas públicas são ações e programas desenvolvidos apenas pelo governo federal, sem a participação de outros entes federativos ou da sociedade civil;
- II. Uma das características das políticas públicas é a sua natureza dinâmica, pois elas são formuladas, implementadas e avaliadas em um processo contínuo e adaptativo;
- III. As políticas públicas podem ser classificadas como distributivas, redistributivas, regulatórias e constitutivas, dependendo de seus objetivos e impactos na sociedade;
- IV. A participação social é um elemento dispensável no processo de formulação de políticas públicas, uma vez que a expertise técnica dos gestores públicos é suficiente para garantir sua eficácia;
- V. Políticas públicas setoriais, como as de saúde e educação, são exemplos de políticas que atendem a necessidades específicas de determinados grupos ou áreas da sociedade.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II, III e V estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I, III e V estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 24

Os contratos administrativos são instrumentos essenciais para a execução de políticas públicas e a realização de atividades de interesse coletivo. Sobre os contratos administrativos, analise as afirmativas.

- I. Os contratos administrativos são regidos exclusivamente pelo direito privado, não havendo aplicação de normas de direito público;
- II. Uma das características dos contratos administrativos é a possibilidade de a Administração Pública modificar unilateralmente o contrato, desde que respeite os limites legais e o interesse público;
- III. Os contratos administrativos podem ser classificados em espécies como contrato de obra pública, contrato de serviço, contrato de fornecimento e contrato de gestão;
- IV. As cláusulas exorbitantes são aquelas que conferem à Administração Pública prerrogativas especiais, como a faculdade de rescindir o contrato por motivos de interesse público;
- V. A duração dos contratos administrativos é sempre indeterminada, podendo ser prorrogada ou renovada indefinidamente, conforme a conveniência da Administração.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II, III e V estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas IV e V estão corretas.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 25

Os princípios da Administração Pública são fundamentais para orientar a atuação dos agentes públicos e garantir a conformidade das ações administrativas com os valores constitucionais.

Qual o princípio estabelece que o administrador público deve agir estritamente de acordo com a lei, não podendo praticar atos que não estejam autorizados por normas legais?

- (A) Improbidade.
- (B) Eficiência.
- (C) Moralidade.
- (D) Legalidade.
- (E) Universalidade.

A Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), garante transparência e o direito de acesso a informações públicas. O Art. 7º da referida entre outros direitos assegura o acesso a informações pertinentes sobre licitações, contratos administrativos e a utilização de recursos públicos, incluindo dados sobre:

- (A) a proteção de informação subjetiva.
- (B) condições inapropriadas de órgãos públicos e privados.
- (C) protocolos de documentos e requerimentos externos.
- (D) a tramitação de documentos de importação pública.
- (E) a administração do patrimônio público.

Questão 27

Prevê o Art. 51 da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura que a fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município será exercida:

- (A) pela Câmara Municipal, por meio do controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Executivo Municipal.
- (B) pelos cidadãos, por meio de audiências públicas obrigatórias e pelas organizações da sociedade civil municipais.
- (C) pelas organizações não governamentais municipais, por meio de audiências públicas obrigatórias e pelo prefeito municipal.
- (D) pelos sistemas de controle externo da Administração Municipal e Estadual.
- (E) pelo Prefeito Municipal e seu secretariado, através de audiências na Câmara Legislativa Municipal.

Questão 28

0	pro	cesso	licitatório	é	um	procedimento		e	
que visa garantir a contratação mais vantajosa									
ра	ra a	Adm	ninistração	Ρί	ública	a, promovendo	concorrênci	ia	
	e evitando irregularidades.								

Conforme a legislação referente ao processo de licitação, as lacunas devem ser corretamente preenchidas por:

- (A) secreto causal justa
- (B) transparente isonômico justa
- (C) dissimulado parcial arbitrária
- (D) transparente causal arbitrária
- (E) secreto isonômico justa

Questão 29

De acordo com o Art. 33 da Lei de Acesso à Informação, a pessoa física ou entidade privada que detiver informações devido a vínculo com o poder público e descumprir as disposições legais estará sujeita a sanções.

Sobre essas sanções, assinale a alternativa correta.

- (A) A Advertência pode ser aplicada como penalidade, após negado o direito de defesa do interessado.
- (B) A declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a administração pública é uma sanção.
- (C) A suspensão temporária para participar de licitações pode ser de até 2 anos.
- (D) A reabilitação para contratar com a administração pública ocorre automaticamente após 2 anos.
- (E) A aplicação de qualquer sanção é de competência exclusiva do Ministério Público.

Ouestão 30

De acordo com o Código Penal, os crimes praticados pelo funcionário público contra a Administração Pública incluem diversas condutas ilícitas.

Assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a um desses crimes.

- (A) Peculato.
- (B) Corrupção passiva.
- (C) Prevaricação.
- (D) Feminicídio.
- (E) Vantagem indevida.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

Questão 31

Na década de 1970, durante a ditadura militar, a Amazônia foi aberta para a acumulação de capital, com investimentos em infraestrutura que transformaram seu território. A colonização agrícola, a migração e a abertura de estradas foram essenciais para a mudança do Território Federal de Rondônia.

O INCRA - (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) denominou os pequenos proprietários como colonos, posteriormente chamados de camponeses e, nos anos 1990, de:

- (A) agricultores familiares.
- (B) população quilombola.
- (C) população ribeirinha.
- (D) beneficiários da reforma agrária.
- (E) indígenas.

Questão 32

Em Rondônia a produção de café passou por quatro fases: 1) Territorialização do migrante (1970-1990), 2) Afirmação da cafeicultura (1990-2001), 3) Desaceleração (2001-2010) e 4) Modernização com avanços técnicos desde 2010.

A cafeicultura é importante para a economia agrícola de Rondônia e desde 2010 essa relevância tem sido marcada pela modernização e uso de tecnologia, impulsionados por:

- (A) iniciativas dos pequenos agricultores.
- (B) ações políticas para fortalecer a produção.
- (C) localizações privilegiadas em terras produtivas.
- (D) ser a produção mais lucrativa.
- (E) ser uma lavoura que exige poucos investimentos.

Questão 33

A partir da década de 1990, a estrutura agrária de Rondônia passou por mudanças, com a intensificação da pecuária, levando à conversão da agricultura para a pecuária extensiva.

Contudo, a partir de 1997, Rondônia experimentou uma nova configuração espacial que teve um impacto significativo no crescimento de sua economia, através da implantação experimental em áreas tropicais do estado de lavouras de:

- (A) algodão.
- (B) laranja.
- (C) soja.
- (D) banana.
- (E) uva.

Questão 34

A ocupação do espaço em Rondônia ocorreu por meio de diferentes processos ao longo do tempo. Analise as afirmativas abaixo e marque (V) para verdadeiro e (F) para falso.

- () A ocupação de Rondônia foi impulsionada pela migração e pelos projetos de colonização agrícola;
- () A expansão da pecuária em Rondônia ocorreu sem impactos ambientais, mantendo a vegetação nativa preservada;
- () A construção de estradas foi um fator essencial para a integração econômica e territorial do estado;
- () A modernização da agricultura e a introdução de novas lavouras contribuíram para a diversificação produtiva do estado.

Assinale a alternativa correta.

- (A) V F V F
- (B) V V V V
- (C) F F V V
- (D) V F V V
- (E) V-F-F-F

O estado de Rondônia apresenta uma dinâmica territorial influenciada por diversos fatores naturais e antrópicos. Considerando os elementos físicos e humanos que moldam sua paisagem e seu desenvolvimento socioeconômico, analise as afirmativas abaixo.

- O relevo de Rondônia é caracterizado predominantemente por planaltos e depressões, com áreas suavemente onduladas, favorecendo atividades agropecuárias;
- II. A vegetação original do estado faz parte do bioma Amazônia, mas sofreu intensa degradação devido ao avanço do extrativismo e da agropecuária;
- III. O clima equatorial úmido garante alta disponibilidade hídrica ao estado, porém o desmatamento tem impactado o regime de chuvas e a qualidade do solo;
- IV. O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) de Rondônia busca desequilibrar o desenvolvimento econômico e preservação ambiental, estabelecendo diretrizes para o uso sustentável dos recursos forçados.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (E) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 36

O princípio da Prudência, incorporado na Estrutura Conceitual da Contabilidade, estabelece que ativos e receitas não devem ser superavaliados, enquanto passivos e despesas não devem ser subavaliados. Esse conceito é especialmente relevante em situações de maior incerteza na mensuração.

Dentre as alternativas abaixo, em qual cenário a Prudência deve ser aplicada com maior ênfase?

- (A) Estimativa de provisões para garantias em uma empresa que lança produtos com alta taxa de defeitos e histórico de reclamações.
- (B) Mensuração de caixa e equivalentes de caixa, pois são ativos líquidos com valores facilmente verificáveis no mercado.
- (C) Reconhecimento de receitas antecipadas em contratos de longo prazo com cláusulas de cancelamento flexíveis.
- (D) Reconhecimento de ativos intangíveis como goodwill em uma aquisição com projeções de sinergias altamente otimistas.
- (E) Avaliação de investimentos em coligadas quando há relatórios financeiros auditados e preços de mercado estáveis.

Questão 37

A Contabilidade Pública possui funções específicas no contexto da Administração Pública, distinguindo-se da contabilidade aplicada ao setor privado.

Sobre Contabilidade Pública analise as afirmativas e assinale a alternativa correta.

- (A) A Contabilidade Pública não se preocupa com a conformidade legal dos registros financeiros, apenas com a eficiência operacional.
- (B) A Contabilidade Pública deve registrar, controlar e evidenciar os atos e fatos administrativos que afetam ou possam afetar o patrimônio público.
- (C) A Contabilidade Pública restringe-se ao controle de empresas estatais e sociedades de economia mista, não abrangendo a gestão patrimonial dos entes públicos como prefeituras, ministérios ou autarquias.
- (D) A Contabilidade Pública tem como finalidade única realizar auditorias externas nos órgãos públicos e empresas privadas.
- (E) A Contabilidade Pública se restringe à apuração de lucro ou prejuízo, evidenciando a gestão dos recursos públicos.

Os estoques de materiais e suprimentos representam recursos relevantes para as entidades públicas, amplamente utilizados na prestação de serviços.

De acordo com o MCASP, esses recursos devem, como regra geral, ser mensurados pelo custo histórico ou por qual outro critério?

- (A) Valor de mercado.
- (B) Valor de reposição.
- (C) Custo médio ponderado.
- (D) Custo de aquisição.
- (E) Custo de produção.

Questão 39

De acordo com o Código Tributário do Município de Rolim de Moura (Lei Municipal nº 947/2000) sobre o fato gerador, base de cálculo e sujeitos passivos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, é correto afirmar que:

- (A) o IPTU tem como fato gerador a utilização do imóvel por pessoa jurídica com fins lucrativos, independentemente de sua localização.
- (B) contribuinte do IPTU é exclusivamente o proprietário do imóvel localizado em zona rural do Município.
- (C) o valor venal do imóvel, base de cálculo do IPTU, será determinado unicamente com base na escritura de compra e venda apresentada pelo contribuinte.
- (D) a apuração e o pagamento do IPTU serão efetuados pelo contribuinte, sujeitando-se a homologação posterior pela administração tributária.
- (E) são isentos de IPTU os imóveis ocupados por qualquer pessoa física que tenha apenas um imóvel, independentemente de sua renda ou finalidade de uso.

Questão 40

De acordo com o Código Tributário do Município de Rolim de Moura, sobre o lançamento Tributário, é correto afirmar que:

- (A) o lançamento de ofício ocorre apenas quando há denúncia espontânea do contribuinte.
- (B) a revisão do lançamento é permitida, mesmo após a decadência do crédito tributário.
- (C) o lançamento por homologação aplica-se apenas aos tributos com arrecadação federal.
- (D) o lançamento é o ato administrativo que constitui o crédito tributário.
- (E) após efetuado o lançamento, não é cabível impugnação administrativa.

Questão 41

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), sobre à execução orçamentária e ao controle da gestão fiscal, analise as afirmativas abaixo.

- I. A LRF determina que a transparência da gestão fiscal será assegurada também mediante a realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos, da LDO e dos orçamentos; II. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária deve ser publicado até 60 dias após o encerramento de cada bimestre;
- III. A LRF estabelece limites de despesa com pessoal, determinando que o Poder Executivo, em todos os entes da Federação, deve manter esse gasto dentro de até 50% da Receita Corrente Líquida; IV. Caso o ente ultrapasse o limite de endividamento previsto pelo Senado Federal, poderá contratar operações de crédito desde que o recurso seja utilizado para quitar despesas correntes obrigatórias.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (E) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.

Questão 42

De acordo com o Art. 7º da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), sobre a formação do capital social, analise as afirmativas e assinale a alternativa correta.

- (A) Os bens utilizados para integralização do capital social devem ser necessariamente vinculados à atividade-fim da empresa, sendo proibida a contribuição com bens estranhos ao objeto social.
- (B) A lei admite a integralização do capital social tanto em dinheiro quanto em quaisquer tipos de bens (móveis, imóveis, tangíveis ou intangíveis), desde que sejam passíveis de avaliação econômica em moeda.
- (C) A avaliação dos bens não monetários deve ser feita exclusivamente por instituição financeira autorizada pela CVM, independentemente do valor do aporte.
- (D) É permitida a formação do capital social com contribuições em dinheiro ou em bens avaliáveis economicamente, desde que os bens não integrantes do ativo circulante sejam previamente aprovados por assembleia geral.
- (E) O capital social pode ser integralizado apenas em moeda corrente nacional, vedada a contribuição em bens ou direitos, para garantir maior segurança jurídica aos acionistas.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a evidenciação contábil é fundamental para o cumprimento dos objetivos das demonstrações contábeis no setor público.

Nesse contexto, analise as afirmativas e assinale a alternativa correta.

- (A) A evidenciação tem como principal finalidade proteger o patrimônio público, sem necessidade de informar os usuários externos.
- (B) A evidenciação das principais classes de receita permite que os usuários realizem julgamentos mais informados sobre a exposição da entidade a fluxos específicos de receita.
- (C) A evidenciação, conforme o MCASP, é uma prática facultativa que a unidade gestora adota conforme seu interesse e conveniência administrativa.
- (D) A evidenciação contábil, segundo o MCASP, não influencia o processo decisório dos usuários externos nem é essencial para a prestação de contas.
- (E) A evidenciação contábil como objetivo, conforme o MCASP, limita-se ao uso interno da administração pública, sendo desnecessário para a transparência externa e não relacionado à prestação de contas.

Questão 44

De acordo com o Código Tributário do Município de Rolim de Moura, analise as afirmativas e assinale a alternativa correta sobre o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

- (A) O ITBI incide sobre a transmissão *causa mortis* de bens imóveis, bem como sobre doações.
- (B) O fato gerador do ITBI ocorre no momento da escritura pública, independentemente da tradição do bem.
- (C) São isentas de ITBI todas as transmissões realizadas entre parentes de até terceiro grau.
- (D) O ITBI é um tributo federal, cuja arrecadação é destinada ao Tesouro Nacional.
- (E) O contribuinte do ITBI é o adquirente do imóvel, conforme disposto no código municipal.

Questão 45

De acordo com o previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), os recursos de terceiros que estão sob a posse do ente, mas que possuem vinculação a uma finalidade específica, incluindo a possível obrigação de devolução (como as cauções) ou de pagamento de obrigação de terceiros (como os precatórios), devem ser observados nos saldos bancários dos entes.

Com base nesse conceito, qual das alternativas abaixo está correta em relação à forma de manejo desses recursos dentro da administração pública?

- (A) É imprescindível que os recursos de terceiros sejam separados dos saldos gerais do ente e sejam manejados conforme a finalidade específica para a qual foram destinados.
- (B) A devolução de recursos de terceiros, como cauções, não precisa ser controlada ou registrada de forma específica, pois não impacta a gestão financeira do ente público.
- (C) Não é necessário monitorar os aspectos operacionais das unidades gestoras quando os recursos de terceiros estão sob posse do ente, pois esses recursos não afetam diretamente a execução orçamentária.
- (D) Os precatórios e as cauções devem ser tratados como despesa do ente público, pois representam obrigações a serem quitadas.
- (E) O manejo dos recursos de terceiros deve ser feito de maneira irrestrita, independentemente da sua destinação específica.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, analise as afirmativas e assinale a alternativa correta sobre regimes contábeis na administração pública.

- (A) No regime de caixa, as transações são registradas apenas quando ocorre o ingresso ou desembolso de recursos financeiros, sendo este o método adotado para a contabilidade orçamentária.
- (B) O regime de competência é aplicado integralmente tanto para o orçamento quanto para o patrimônio, devendo as receitas serem reconhecidas quando geradas, independentemente de seu recebimento.
- (C) A contabilidade patrimonial no setor público utiliza exclusivamente o regime de caixa para o registro de todos os ativos e passivos, incluindo bens permanentes, direitos e obrigações.
- (D) Na contabilidade pública, todas as despesas com pessoal - incluindo salários, benefícios e encargos sociais - devem ser obrigatoriamente registradas pelo regime de caixa de forma exclusiva.
- (E) Na contabilidade pública, as receitas tributárias são reconhecidas exclusivamente pelo regime de caixa, ou seja, apenas quando efetivamente arrecadadas, conforme determina a legislação.

Questão 47

De acordo com o Art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64, o Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira do ente público.

Considerando o dispositivo legal e seu Parágrafo Único, analise as afirmativas e assinale a alternativa correta.

- (A) O Balanço Financeiro consolida saldos do exercício anterior, receitas/despesas orçamentárias, movimentações extraorçamentárias e os Restos a Pagar, estes últimos incluídos como receita extraorçamentária.
- (B) Os Restos a Pagar são classificados como despesa extraorçamentária no Balanço Financeiro, com o objetivo de neutralizar seu registro inicial como despesa orçamentária, garantindo assim que não distorçam o resultado do exercício.
- (C) As operações extraorçamentárias são registradas exclusivamente no Balanço Patrimonial, já que representam direitos e obrigações que não afetam a execução orçamentária.
- (D) Os Restos a Pagar devem ser obrigatoriamente classificados como despesa extraorçamentária no Balanço Financeiro, pois representam obrigações pendentes de pagamento que não foram liquidadas no exercício corrente.
- (E) Os saldos financeiros remanescentes ao final do exercício, que são transferidos para o próximo ano, devem ser registrados exclusivamente no Balanço Orçamentário, pois representam meras continuidades de programações orçamentárias não executadas.

De acordo com o Art. 11 da Lei Federal nº 4.320/64, a receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

Analise as afirmativas e assinale a alternativa correta sobre Receitas Correntes.

- (A) As Receitas Correntes compreendem apenas os recursos obtidos por meio da alienação de bens móveis e imóveis do patrimônio público, como venda de imóveis ou veículos, sendo essas operações a principal fonte de financiamento das despesas ordinárias do Estado.
- (B) Receitas Correntes são provenientes de forma exclusiva de operações de crédito, como empréstimos e financiamentos contraídos pelo governo, destinadas a cobrir despesas de custeio e investimentos, sem qualquer vinculação a tributos ou transferências constitucionais.
- (C) Receitas Correntes incluem unicamente as receitas tributárias diretas, como Imposto de Renda e IPTU, excluindo-se contribuições, taxas e quaisquer transferências intergovernamentais, que são categorizadas como Receitas de Capital.
- (D) São Receitas Correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender as despesas classificáveis.
- (E) São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

Questão 49

Considerando os aspectos relacionados à composição do patrimônio público, qual alternativa está correta?

- (A) O patrimônio público se limita aos bens públicos de uso comum, como hospitais e escolas, sem incluir bens de uso especial ou dominiais.
- (B) O patrimônio público se refere de forma exclusiva aos bens destinados ao serviço público e não inclui recursos financeiros.
- (C) O patrimônio público se restringe aos bens de uso comum do povo, como praças e ruas.
- (D) O patrimônio público abrange bens móveis e imóveis, além de outros direitos que a Administração Pública possua.
- (E) O patrimônio público é composto somente por bens móveis pertencentes ao governo federal.

Questão 50

Sobre mensuração de ativos, analise as afirmativas e assinale a alternativa correta.

- (A) Ativos intangíveis gerados internamente, como marcas e goodwill, devem ser sempre capitalizados pelo valor de mercado, mesmo sem transações concretas que comprovem esse valor.
- (B) Todos os ativos devem ser obrigatoriamente mensurados pelo valor justo, independentemente de sua natureza ou propósito de uso, para garantir maior relevância às demonstrações contábeis.
- (C) Ativos imobilizados podem ser reavaliados para cima indefinidamente, sem necessidade de comprovação técnica, desde que a assembleia de acionistas aprove.
- (D) Ativos mantidos para venda devem ser mensurados pelo custo histórico, mesmo que seu valor de mercado seja inferior, até que a venda seja concretizada.
- (E) O valor recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre seu valor em uso e seu valor líquido de venda, devendo ser aplicado apenas quando houver indícios de desvalorização.